

## A Favor X Contra

Você é a favor ou contra a mudança da Febem, que passará da alçada da Secretaria de Educação para a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado?

**Janaina Conceição Paschoal - Doutora em Direito Penal pela USP, advogada e professora de Direito Penal na Universidade São Judas Tadeu e na USP.**

A transferência da Febem da Secretaria da Educação para a Secretaria da Justiça e Cidadania poderia, a princípio, ser questionada, em razão da suposta finalidade exclusivamente educacional das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes que praticam ato infracional. No entanto, a crença de que os jovens inimputáveis não respondem por seus atos, recebendo educação no lugar de pena, leva a enormes injustiças. Dentre essas injustiças, destacam-se o pleito social de que seja diminuída a idade penal e a total falta de observância de critérios rígidos no momento de definir qual a medida socioeducativa cabível. Igualmente, por admitirem que o adolescente não é punido, mas educado, vários magistrados aplicam a medida "socioeducativa" da internação (definitiva ou provisória), mesmo quando não cabível, sob o fundamento de que o fazem para o seu bem. Em hipótese alguma defende-se que o ensino, a cultura, o trabalho não devam ser proporcionados aos adolescentes submetidos à internação. O respeito à saúde, à educação, à integridade física, ao desenvolvimento físico e intelectual implica observar a própria condição de ser humano, sendo certo que a dignidade humana é a base de todo e qualquer Estado Democrático de Direito. No entanto, ao passar a Febem da Secretaria da Educação para a Secretaria da Justiça e Cidadania está-se, ainda que de forma simbólica, admitindo a natureza sancionatória das medidas socioeducativas e, conseqüentemente, admitindo seu caráter de punição, o que permite refutar as injustiças acima apontadas, praticadas diariamente contra os jovens em nosso país. Às vezes, aqueles que parecem estar propugnando a visão mais dura, na verdade, estão advogando enxergar a realidade e trabalhar com ela como é. As unidades da Febem, como as prisões e os manicômios judiciários, não são hotéis, ainda que venham a ser estruturadas da melhor forma imaginável. Aceitar isso é o primeiro passo para respeitar os direitos fundamentais dos indivíduos (adultos ou não) submetidos à privação de liberdade.

**Dinéia Hypolitto - Mestre em Educação, Supervisão e Currículo pela PUC/SP, professora de Prática de Ensino e Coordenadora de Estágio Supervisionado do curso de Formação de Professores da USJT, Coordenadora do Núcleo de Projetos Educacionais da USJT, Coordenadora Pedagógica do CAAM, Diretora da Rede Pública Estadual de São Paulo.**

O índice de violência no Brasil vem crescendo vertiginosamente nos últimos anos. E o mais grave: cresce também o número de crianças e adolescentes envolvidos. Não é de se admirar, pois, refletindo sobre a trajetória do povo brasileiro, é possível afirmar que sua cultura, marcada pela violência ao longo da história, multiplicou-se em formas de autoritarismo, exclusão, discriminação e repressão. Não se trata, portanto, de uma realidade nova, porém a sociedade prefere não enxergar que tem gerado e depois excluído crianças e adolescentes, ainda em formação, que, em situação de dificuldade pessoal e social, caíram no mundo das drogas, prostituição e criminalidade. A Febem, destinada a reeducar a criança e o jovem em dificuldade, passou a assumir um número cada vez maior de assistenciados, sobretudo emergentes da horda migratória que buscava São Paulo como salvação. E a FEBEM, FEZMAL. A situação é crítica, o momento emergencial. Contudo, não é jogando a criança e o adolescente de uma Secretaria para outra que o problema será solucionado. Jogar com a vida desses seres humanos é pisar na sua auto-estima e reforçar a sua exclusão, de forma, no mínimo, cruel. Exclusão é um processo, não uma condição. Repressão e Educação, constituem-se em processos antagônicos. Não tem valor para o capitalismo informacional ou interesse político para o poder constituído resgatar a população infanto-juvenil excluída. O país parece ignorar a educação como a única saída no combate à violência. É preciso dar às crianças e adolescentes a oportunidade de se tornarem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, por meio de uma política de atendimento que possa realmente ser socioeducativa, implantando-se projetos que incluam desde nutrição e saúde infantil até educação, profissionalização, esportes e cultura. Somente com a educação é possível trazer uma nova perspectiva de vida, para que essas crianças e jovens tenham uma oportunidade e um começo.